



**Universidade de Brasília (UnB)**

**Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas  
(FACE)**

**Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)**

**Bacharelado em Ciências Contábeis**

**JOSÉ LUISMAR MUNIZ DOS SANTOS**

**ADERÊNCIA AO CONCEITO DE *ACCOUNTABILITY*: ANÁLISE DAS  
INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E PESQUISAS NACIONAIS**

Brasília – DF

2016

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo  
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo  
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana  
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior  
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor José Antônio de França  
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade  
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

JOSÉ LUISMAR MUNIZ DOS SANTOS

**ADERÊNCIA AO CONCEITO DE *ACCOUNTABILITY*: ANÁLISE DAS  
INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E PESQUISAS NACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)  
apresentado ao Departamento de Ciências  
Contábeis e Atuariais da Universidade de  
Brasília, como requisito para conclusão do  
curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

Orientadora:

Professora Doutora Beatriz Fátima Morgan

Linha de pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:

*Accountability*, Portais de Transparência,  
Controle Social

Brasília, DF

2016

*"Leva tempo para alguém ser bem-sucedido  
porque o êxito não é mais do que  
a recompensa natural pelo  
tempo gasto em fazer algo direito"*  
**- JOSEPH ROSS**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por ter mantido firme a minha fé, mesmo nos momentos em que muito duvidei.

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional, em especial ao meu irmão, Cléuber, que sempre tive como exemplo de humildade e persistência.

Agradeço à Universidade de Brasília pela oportunidade de estar num ambiente incrível, onde tive experiências engrandecedoras que resultaram em muito do que sou hoje.

Agradeço aos professores da UnB, principalmente à professora Beatriz Morgan pela gentileza, paciência e humildade em todos os trabalhos que realizamos juntos.

Agradeço aos colegas de graduação pelos momentos de descontração e apoio, principalmente ao Carlos Py, que revisou algumas partes deste trabalho quando ainda era um projeto de iniciação científica.

Agradeço aos profissionais com quem tive a oportunidade de trabalhar na minha passagem pela ANATEL, Correios e Sebrae Nacional. Vocês aumentaram o meu interesse pela contabilidade!

## RESUMO

O desenvolvimento tecnológico permitiu a criação de portais de transparência governamental, respaldados por exigências legais e também por uma sociedade que demanda informações acerca dos gastos do governo. Diante deste cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral a caracterização das pesquisas brasileiras sobre portais de transparência, com base na distinção entre transparência e *accountability* apresentada por Fox (2007), e como objetivo específico a análise das informações disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal, à luz do conceito de *accountability* condicionada à definição de metas e à avaliação de resultados. A fim de atingir o objetivo geral, utilizou-se da pesquisa documental para seleção de artigos, que posteriormente foram categorizados em níveis de transparência e de *accountability* (FOX, 2007). Os resultados desta primeira etapa evidenciaram que 96% dos trabalhos avaliam os portais eletrônicos somente na dimensão da transparência, o que denota maior preocupação dos autores com a perspectiva de atendimento à legislação; também mostraram que o número de pesquisas sobre portais eletrônicos é pequeno, dado a importância do tema. Os achados da segunda etapa evidenciaram que as informações disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal não permitem identificar as metas definidas nem avaliar os resultados alcançados, o que obsta a possibilidade de controle social, tão defendida na página de apresentação do portal. A pesquisa contribui para uma contextualização do cenário brasileiro de pesquisas sobre portais de transparência e também para a avaliação da utilidade das informações do Portal da Transparência do Governo Federal sob a ótica da *accountability*.

**Palavras-chave:** *Accountability*. Portais de Transparência. Transparência.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
1.1 Contextualização.....	07
1.2 Problema e objetivo da pesquisa.....	08
1.3 Justificativa.....	09
1.4 Estrutura do trabalho.....	10
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>11</b>
2.1 Transparência .....	11
2.2 Accountability .....	12
2.3 Transparência e Accountability .....	14
2.4 Accountability e metas .....	16
2.5 Portais de Transparência Pública .....	17
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
<b>4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>21</b>
4.1 Pesquisas Nacionais sobre Portais de Transparência .....	21
4.2 Análise da informação disposta no Portal da Transparência do Governo Federal	23
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>29</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Contextualização

Na dinâmica da economia global, a competição e o avanço tecnológico representam um incentivo para que os governos sejam mais transparentes, dado que o acesso à informação se tornou crucial para o funcionamento eficiente do mercado (RELLY; SABHARWAL, 2008). Nesse mesmo cenário, o desenvolvimento das ICTs (*information and communications technology*), muito expressivo nas duas últimas décadas, ganhou notoriedade por ser visto como uma forma simples e de boa relação custo-benefício para promoção da transparência e contenção da corrupção (BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010).

Todavia, apenas recentemente o setor público passou a reconhecer a importância das ICTs como meio de aprimorar a qualidade e a efetividade dos serviços prestados (NDOU, 2004). Apesar da autora ter feito esse alerta há mais de 10 anos, trabalhos recentes apontam que iniciativas de acesso à informação e transparência só ganharam representatividade global após o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em um dos seus primeiros atos, emitir o memorando “*Transparency and Open Government*” (CORRÊA; CORRÊA; CORRÊA DA SILVA, 2014; SANDOVAL-ALMAZAN; STEIBEL, 2013; SILVA, 2010). Nesse documento a administração se comprometia a criar “níveis sem precedente de abertura” no governo, enfatizando a transparência, participação e colaboração das agências ligadas à administração<sup>1</sup>. Um dos efeitos dessa iniciativa foi “o catálogo de dados Data.gov, lançado na internet em 22 de maio de 2009, com a proposta de disponibilizar largas quantias de dados governamentais de órgãos do governo federal para a sociedade” (SILVA, 2010, p. 14).

Ainda sobre o memorando, (SHEFFER CORRÊA; PIZZIGATTI CORRÊA; CORRÊA DA SILVA, 2014) avaliam que a atitude do presidente permitiu que os ideais defendidos pelo movimento *Open Government Data* (OGD) fossem implementados no Governo Americano. Esse movimento é uma iniciativa da sociedade organizada e visa estabelecer princípios a serem observados pelos governos que pretendem fomentar a transparência, a *accountability* e a participação por meio das ICTs<sup>2</sup>. Os mesmos autores defendem ainda que, no contexto brasileiro, esses princípios são similares aos dispositivos da Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

---

<sup>1</sup> [https://www.whitehouse.gov/the\\_press\\_office/TransparencyandOpenGovernment](https://www.whitehouse.gov/the_press_office/TransparencyandOpenGovernment). Acesso em Maio/2016.

<sup>2</sup> <http://www.opengovguide.com/about-this-guide/>. Acesso em Maio/2016



Algumas pesquisas mostram que a emissão de uma lei de acesso à informação é um passo fundamental em direção à transparência e à *accountability* (RELLY; SABHARWAL, 2008; SHEFFER CORRÊA; PIZZIGATTI CORRÊA; CORRÊA DA SILVA, 2014). O trabalho de Bertot, Jaeger e Grimes (2010) parece confirmar a ideia quando cita que “um estudo feito em 14 países no ano de 2009, descobriu que aqueles que adotavam leis rígidas de transparência eram 3 vezes mais propensos a responder uma demanda por informação” (Open Society Justice Initiative, 2006 *apud* BERTOT; JAEGER; GRIMES, 2010, p. 264).

Todavia, a adoção de uma lei de acesso à informação, no contexto brasileiro, se deu tardiamente em relação a outros países. Segundo Sandoval-Alamzan e Steibel (2013), apesar de as primeiras iniciativas de governo aberto terem iniciado na metade dos anos 2000, inclusive com a implementação do portal da transparência em 2004, a LAI inovou por regular o direito de acesso à informação e as formas de disponibilização desta.

No Brasil, a LAI passou a vigorar a partir do ano de 2012, logo, pode ser considerada uma norma recente no campo da transparência e da *accountability*. Em virtude disso, a maioria das pesquisas que embasaram este trabalho avaliam portais eletrônicos por meio de modelos que utilizam leis anteriores, como a Lei nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei nº 131/2009 (Lei da Transparência), que altera a redação desta última, determinando a “disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (GAMA, 2015, p. 45).

## 1.2 Problema e objetivo da pesquisa

Independente de lei específica, entende-se que todo o arcabouço normativo brasileiro é importante para o avanço da transparência e da *accountability*. Juntamente com esse desenvolvimento, torna-se também importante avaliar a qualidade da informação disponibilizada, na perspectiva do controle social. Será que essa informação fornece insumos ao usuário para a tomada de decisão? Ou essa informação só é disponibilizada porque determinada legislação obriga?

Antes de responder a essas indagações o presente trabalho objetiva contextualizar o ambiente brasileiro de pesquisas acerca de portais de transparência governamental, a fim de verificar qual é a maior preocupação dos pesquisadores: avaliam portais sob a perspectiva legal ou avaliam a qualidade da informação disponibilizada? Essas pesquisas estariam classificadas na dimensão da transparência ou da *accountability*?

### 1.3. Justificativa

A importância desse trabalho reside no fato de que, atualmente, há uma série de iniciativas governamentais que tem como lema a promoção da transparência e do controle social. No entanto, pesquisadores afirmam que a simples disponibilização de informações não necessariamente promove transparência e a *accountability* (FOX, 2007; ROCHA, 2012). Outro fato é que todos os 30 artigos avaliados neste trabalho fazem análises dos portais de transparência com base na legislação brasileira existente, enquanto esta pesquisa propõe uma avaliação conceitualmente embasada em autores internacionais.

A avaliação das informações disponibilizadas no Portal da Transparência referentes ao Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é importante devido à dimensão deste, já que tem, dentre suas características, a universalidade de cobertura e integração de todos os serviços de saúde (ARAÚJO, 2010), sendo o acompanhamento do desempenho deste importante para a promoção do controle social. Essa avaliação será embasada na conceituação de *accountability* voltada ao alcance e mensuração de metas e resultados (PERSSON e TABELLINI, 2005; WINTERS, 2014; ROBERTS, 2009; PRZEWORSKI, STOKES e MANIN, 1999), já que segundo Roberts (2009, p. 962), “transparência se torna *accountability* quando transforma as medidas em metas; o sistema de mensuração em um dispositivo que define os níveis ideais de realização das metas”<sup>3</sup>. Análise semelhante a esta foi feita por Araujo (2010), que verificou se os instrumentos normativos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) asseguravam formas de prestação de contas além dos aspectos processuais e legais. Uma das conclusões da pesquisa foi que:

os mecanismos de prestação de contas se limitam a aspectos burocráticos próprios da administração pública, seguindo o caminho tradicional de prestação de contas aos órgãos de controladoria e auditoria. Isso significa dizer que a gestão ainda não é avaliada pelos resultados que ela alcança (ARAÚJO, 2010, p. 6).

Diante do exposto, percebe-se que os instrumentos utilizados para prestação de contas, no âmbito do SUS, ainda são muito atrelados à perspectiva legal. Araujo (2010) reconhece a importância das normas devido ao seu aspecto coercitivo, mas afirma que ainda há muito a se fazer para desenvolver uma prestação de contas vinculada ao desempenho da gestão e aos resultados, já que “uma gestão balizada por indicadores e metas cria condições efetivas de avaliação pelos cidadãos” (ARAÚJO, 2010, p. 4).

---

<sup>3</sup> Transparency then becomes accountability by turning measures into targets; ‘the system of measurement into a device that also sets the ideal levels of attainment’.

Compreendendo que a definição de metas e a mensuração de resultados são instrumentos importantes para atingir os fins que a *accountability* propõe – entendidos aqui como a identificação dos responsáveis e a sujeição à sanção (PRZEWORSKI, STOKES e MANIN, 1999; FOX, 2007; ARAUJO, 2010; WINTERS, 2014; ROBERTS, 2009), salienta-se a importância de verificar se as informações referentes ao Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal possibilitam atingir esse fim, visto que “se os cidadãos não conhecem as metas a serem perseguidas, e se não há indicadores para aferir desempenho, como pode o sistema ser *accountable*?” (ARAUJO, 2010, p. 4).

#### **1.4 Estrutura do trabalho**

O trabalho é composto pela presente introdução; pelo referencial teórico, que objetiva contextualizar o tema e discutir conceitos importantes para a análise; pela metodologia, que descreve os métodos utilizados na execução da pesquisa; a seção de resultados apresenta os achados da pesquisa e a de considerações finais responde às indagações do trabalho e apresenta as limitações deste.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Transparência

Para Nunes (2013), transparência é um dos temas mais discutidos na área pública ultimamente, de tal forma que assumiu um papel fundamental no exercício da função pública. A discussão acerca do tema torna-se necessária conforme cresce sua importância.

De acordo com Gama (2015), transparência vem do latim medieval: *TRANSPARENTIA*, relacionada ao verbo *TRANSPARERE*, mostrar a luz através, deixar a luz atravessar, formando por TRANS-, “através”, mais PARERE, “aparecer, chegar à vista”. Desta forma, morfológicamente o prefixo TRANS denota o ato de tornar algo visível, enquanto o sufixo PARERE evoca a necessidade de visualização, por parte de um sujeito, do que se quer mostrar.

Entende-se a partir da etimologia da palavra que transparência requer uma relação, para que se materialize, entre quem emite e quem recebe a informação, visto que “transparência, portanto, não é divulgar informações pura e simplesmente” (ROCHA, 2012, p. 92). A autora reforça a figura do receptor da informação, no sentido do potencial que este tem de demandar ações do governo em função das necessidades individuais e coletivas.

Percebe-se, então, que no contexto da transparência pública a participação popular exerce uma função imperiosa no fomento à divulgação dos dados, um dos requisitos para assegurar essa participação é que os representantes, escolhidos pelo povo, reconheçam a obrigação de prestar contas de seus atos. Rocha (2012, p.91) afirma que “transparência enquanto atributo da gestão pública democrática impõe o rompimento com velhas práticas que resultam em um modo de agir pautado na crença de que é propriedade do Estado toda e qualquer informação por ele produzida”. Esta ruptura é que permite ao cidadão tomar conhecimento dos atos praticados por seus representantes, de forma que esse possa assegurar que as ações do Estado estão direcionadas às demandas da sociedade.

Numa perspectiva histórica da transparência, Gama (2015, p. 25) descreve a estrutura de um Estado que pouco se preocupa com a divulgação de seus atos, caracterizando um regime absolutista, para contrastar com o modelo contemporâneo muito comum: o liberalismo. O autor afirma que “no estado absolutista, a distinção entre o público (que é próprio do Estado) e o privado (o que corresponde a cada indivíduo) é opaca, na tradição liberal, no entanto, a própria legitimidade do Estado é baseada na clareza e precisão dessa fronteira.” Gama (2015) complementa com o fato de que é no modelo liberalista que o direito à informação e a

publicidade dos atos da administração pública passam a fazer parte das democracias constitucionais.

No caso do Brasil, o direito de acesso à informação ganhou espaço dentre os dispositivos da Constituição Federal de 1988. O artigo 5º, que se refere aos direitos e garantias fundamentais, é um dos principais a tratar do tema:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional; [...] XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (C.F. 1988).

A Constituição Federal foi a precursora de uma série de Leis que sugeriram com o objetivo de expandir o sentido de transparência e o direito de acesso à informação. Numa linha cronológica, entre as principais temos a Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; a Lei nº 131/2009 – Lei da Transparência; e a Lei nº 12.527/ 2011 – Lei de Acesso à Informação.

Esses dispositivos normativos certamente contribuíram para evolução do discurso da transparência no contexto brasileiro e acompanharam o desenvolvimento de uma sociedade que se torna cada vez mais ciente dos seus direitos e se organiza no sentido de assegurar o cumprimento deles. Prova disso é que, principalmente após a Lei de Responsabilidade Fiscal entrar em vigor no início deste século, observou-se o surgimento de organizações sociais que monitoram o desempenho do governo, como a Associação Contas Abertas, fundada em 2005 como entidade da sociedade civil, com foco no monitoramento da execução orçamentária da União.

## **2.2 Accountability**

O termo *accountability* não possui tradução para o português (PINHO; SACRAMENTO, 2009; CAMPOS, 1990). No entanto, alguns autores discorrem sobre sua definição e abrangência. Entre as definições que mais apareceram durante o desenvolvimento desta pesquisa, estão prestação de contas (NUNES, 2013), responsabilização (DUBNICK, 2002; BOVENS, 2007; CAMPAGNONI, 2015; CARVALHO, et al., 2015; ROCHA, 2012) e “*answerability*” (FOX, 2007).

O trabalho de Dubnick (2002) discute o conceito numa perspectiva histórica, relacionando-o à contabilidade. Conforme evidencia o autor, a partir do ano de 1085, no reinado

de William I na Inglaterra, o rei pediu que todos os proprietários de terra prestassem contas de suas posses, que eram posteriormente valoradas e registradas por agentes da coroa nos *Domesday Books*. Em essência esse procedimento é contabilidade, no sentido do seu objetivo – registrar e valorar o patrimônio do reino – e também pelo fato de que os *Domesday Books* eram uma fonte de informação para os interessados.

Bovens (2007, p. 8) afirma que “histórica e semanticamente a *accountability* esteve estreitamente ligada à contabilidade, no seu sentido literal de guarda-livros”<sup>4</sup>. No entanto, ela lentamente se dissociou da contabilidade ao longo dos anos, num processo caracterizado pela inversão de papéis: *Accountability* não se refere à obrigação do povo de prestar contas ao rei, mas deste prestar contas aos seus súditos. Entende-se, portanto, que *accountability* envolve a relação entre o povo e a autoridade representativa, que está obrigada à prestar contas dos seus atos àqueles.

Numa conceituação mais exemplificativa de *accountability*, o trabalho de Bovens (2007) estabelece uma definição com base na relação sociológica entre o autor e o fórum, afirmando que “*accountability* surge quando o autor tem a obrigação de explicar e justificar a sua conduta, e o fórum de questionar estas e fazer o devido julgamento, de forma que o autor enfrente as consequências”<sup>5</sup> (BOVENS, 2007, p. 450). Conforme evidencia em seu trabalho, o autor pode ser tanto um indivíduo quanto uma organização, e o fórum pode ser um superior, como um ministro, um parlamento ou um tribunal.

Essa definição de Bovens (2007) encontra uma limitação quando comparada à de Campos (1990), porque enquanto aquele se refere à *accountability* como uma relação entre principal e agente (fórum e autor), esta busca uma conceituação que enfatiza a participação popular, o que parece ser mais abrangente. Para Campos (1990, p.5), *accountability* também é a obrigação de prestar contas a alguém, mas a autora acredita que a figura do fórum deve ter total isenção política com o governo, porque “relegada a seus próprios controles monocráticos, a organização burocrática do governo tem-se mostrado incapaz de contrabalançar abusos potenciais como corrupção, conduta aética e uso arbitrário do poder.”

Na visão da autora, “somente a partir da organização de cidadãos vigilantes e conscientes de seus direitos haverá condição para a *accountability*. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor” (CAMPOS, 1990, p. 6). Essa afirmação nos lembra algumas discussões colocadas sobre a conceituação de transparência, (1) o

<sup>4</sup> Historically and semantically, it is closely related to accounting, in its literal sense of bookkeeping.

<sup>5</sup> the actor has an obligation to explain and to justify his or her conduct, the forum can pose questions and pass judgment, and the actor may face consequences.

Estado, na condição de representante do povo, precisa reconhecer a obrigação de prestar contas dos seus atos, e (2) o Estado tem que prover meios de acesso à informação para assegurar a sua legitimidade. Essas ações preparam o terreno para a *accountability*, porque permitem o desenvolvimento de uma consciência popular capaz de exercer pressão sobre os seus representantes.

### 2.3 Transparência e *accountability*

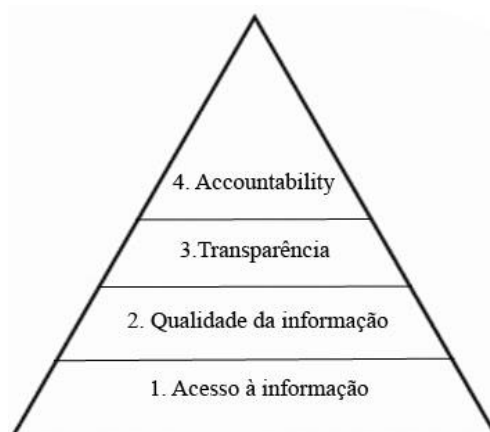
A discussão das seções anteriores, mesmo tendo tratado os dois conceitos de maneira isolada, permitiu que se estabelecesse uma relação entre eles. Enquanto transparência se refere à disponibilização de informações em meios de fácil acesso aos interessados, a *accountability* adentra no campo do julgamento e da responsabilização. A pesquisa de Campagnoni et al (2015, p.5) confirma esse entendimento ao afirmar que transparência reside na ação de disponibilizar ao público informações acerca da atividade financeira do Estado, enquanto *accountability* “pode ser entendida por uma noção de explicação e responsabilização que o gestor deve prestar e estar sujeito em relação à sociedade”.

No entendimento de Papenfub e Schaefer (2010), a relação entre transparência e *accountability* se dá por etapas, em que a etapa seguinte é assegurada mediante o cumprimento da etapa anterior. A figura 1 ilustra essa ideia, na qual a base da pirâmide, primeiro *step*, refere-se à disponibilização da informação, seguida da necessidade de que esta assegure qualidade, para que só então se alcance a transparência. Os autores afirmam que estes três níveis são pré-requisitos necessários para o alcance da *accountability* pública (representada no topo da pirâmide).

A estrutura apresentada parece sugerir uma relação de causa e efeito entre *accountability* e transparência, e é isso que Fox (2007) questiona no artigo intitulado “*The uncertain relationship between transparency and accountability*”. O autor afirma que muitos trabalhos estabelecem uma relação direta entre *accountability* e transparência e que este entendimento existe porque “ambos compartilham um problema conceitual: eles raramente são definidos com precisão e, por isso, tendem a assumir várias significações para várias pessoas” <sup>6</sup>(FOX, 2007, p. 665).

---

<sup>6</sup> Both transparency and accountability share a conceptual problem: they are rarely defined with precision, and they tend to mean all things to all people.



**Figura 1: Etapas da relação entre informação e *accountability***

**Fonte:** Papenfub e Schaefer (2010, p. 560).

Partindo da ideia de que transparência não necessariamente leva à *accountability*, o autor distingue os dois conceitos de forma mais aprofundada, separando transparência em *clear* e *opaque* e *accountability* em *hard* e *soft*. *Opaque transparency* refere-se a um tipo de informação que não revela o comportamento real das instituições, seja em termos de como elas tomam decisões ou o resultado destas. Já *clear transparency*, num patamar mais elevado, refere-se tanto a políticas de acesso à informação, quanto a programas que revelem informações confiáveis sobre o desempenho institucional, evidenciando os responsáveis e a destinação dos recursos financeiros.

Quanto à *accountability*, a distinção em *soft* se refere tão somente a dimensão da “*answerability*”, que é a possibilidade de investigar e convocar as autoridades para justificar suas decisões (FOX, 2007). A *hard accountability* envolve os atributos da *soft*, mas acrescenta a possibilidade de sanções, já que, para o autor, não há *accountability* em sua plenitude sem a possibilidade de consequências.

Para ilustrar a ideia, Fox (2007) elabora dois quadros. O Quadro 1 sugere que quando há somente o acesso informação a entidade está sendo transparente, mas não “*accountable*”. O lado direito do quadro faz referência à *accountability* plena, onde há possibilidade de sanções. Na zona intermediária está a *institucional answerability*, que se refere à capacidade de demandar informações. Segundo o autor, o que mais traduz essa capacidade são as Organizações e as Agências Públicas que têm o poder não só de dar transparência aos dados, mas de investigar e produzir informações sobre o desempenho da entidade.



**Quadro 1 – Distinção entre transparência e *accountability***

Transparency	Accountability
Dissemination and access to information	
Institutional "answerability"	
	Sanctions, compensation and/or remediation

Fonte: Fox (2007, p. 669).

O quadro 2 vai além, separa transparência e *accountability* nas suas respectivas dimensões, *opaque* e *clear*, *soft* e *hard*. Demonstra também a relação que há entre os dois conceitos, embora um não necessariamente leve ao outro – não se pode esperar *accountability* da dimensão *opaque transparency*. Também não se pode esperar *hard accountability* a partir da dimensão *soft*, isso demandaria, segundo o autor, “ir além dos limites da transparência, lidando com o tipo de regime de governo e com a capacidade da sociedade civil incentivar as instituições públicas a fazerem o seu trabalho”<sup>7</sup> (FOX, 2007 p. 669).

**Quadro 2 – Distinção e relação entre os níveis de transparência e *accountability***

Transparency		Accountability	
<i>Opaque</i>	<i>Clear</i>	<i>Soft</i>	<i>Hard</i>
Dissemination and access to information			
	Institutional "answerability"		
			Sanctions, compensation and/or remediation

Fonte: Fox, (2007, p. 669).

## 2.4 *Accountability* e metas

Discutindo o conceito de *accountability* pela ótica da representação política, Przeworski, Stokes e Manin (1999, p. 41) relacionam o termo ao alcance de metas no seguinte trecho:

A visão padronizada de como o mecanismo da *accountability* funciona se dá na perspectiva do “voto retrospectivo”. Nesse sentido, a sociedade define níveis de desempenho para avaliar a performance do governo, tais como “Meu salário deve aumentar pelo menos 4% durante a gestão”, “as estradas devem ser seguras”, ou mesmo “O time nacional deve ser classificado para a Copa do Mundo”<sup>8</sup>.

<sup>7</sup> going beyond the limits of transparency and dealing with both the nature of the governing regime and civil society’s capacity to encourage the institutions of public accountability to do their job.

<sup>8</sup> The standard view of how the accountability mechanism operates relies on “retrospective voting.” In this view, citizens set some standard of performance to evaluate governments, such as “My income must increase by at least 4 percent during the term,” “Streets must be safe,” or even “The national team must qualify for the World Cup.”

O fato de a sociedade impor metas a serem alcançadas pelos representantes políticos permite que se mensure a efetividade de projetos e que se identifique com mais clareza os responsáveis pela execução, para que estejam sujeitos a sanções/justificação quando não há o alcance dos objetivos. Coadunando com a visão destes autores, Persson e Tabellini (2005, p. 18) afirmam que “o significado da *accountability* reside no fato de que é possível para os eleitores identificarem os responsáveis pelas decisões políticas, e retirarem do poder aqueles que não têm performance satisfatória”.<sup>9</sup>

Unindo as definições apresentadas acima, tem-se que *accountability* diz respeito a habilidade de os cidadãos identificarem os responsáveis pelas decisões políticas e os resultados destas, e puni-los quando as metas não são alcançadas. Isso mostra que a relação meta e resultado antecede a sanção por desempenho insatisfatório, traduzida na dimensão *hard accountability* (FOX, 2007). Nesse sentido, Winters (2014) aproveita esta relação para compor o conceito de *accountability* na perspectiva do uso de recursos públicos na execução de projetos de pequena e grande escala. O autor afirma que “projetos com metas bem definidas fortalecem os mecanismos de *accountability* e potencializam a ameaça de sanção”<sup>10</sup> (WINTERS, 2014, p. 394).

O trabalho de Winters (2014) fala sobre dois projetos financiados pelo Banco Mundial, no mesmo período e no mesmo país (Kenya). A diferença entre esses dois está no fato de que um conseguiu atingir o objetivo com os recursos destinados, enquanto o outro sofreu ações de corrupção e consequentemente não atingiu as metas. A razão para isso, conforme o autor, é que no primeiro caso o projeto tinha metas bem definidas, o que não era a realidade do segundo caso. Para Winters (2014), a *accountability* falha quando os resultados são difíceis de serem observados.

## 2.5 Portais de Transparência Pública

O desenvolvimento de Portais de Transparência se deu em função da modernização do governo, no que Raupp (2014) analisa ter resultado a definição “governo eletrônico”. Na perspectiva do autor, o governo se utiliza das TIC (Tecnologia de informação e comunicação) para aproximar o cidadão da gestão administrativa, já que “A presença governamental na internet visa tornar o aparato administrativo menos aparente de forma presencial, mas, ao

<sup>9</sup> Accountability means that it is possible for the voters to identify who is responsible for policy decisions and to oust officeholders whose performance they find deficient.

<sup>10</sup> I argue that more precisely targeted projects will result in stronger accountability mechanisms with more salient sanction threats.

mesmo tempo mais próximo do cidadão e mais eficiente na realização de seus objetivos” (RAUPP, 2014, p. 152).

A Lei Complementar 131/2009, que altera a redação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000), foi que oficializou a obrigatoriedade do desenvolvimento de portais eletrônicos para a União, Estados e Municípios com mais de 100 mil habitantes.

Art. 48. Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:  
[...] II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; [...] (LC 131/2009)

No âmbito da União, o instrumento que viabiliza o cumprimento da legislação é o Portal da Transparência, que “tem entre seus objetivos o combate à corrupção por meio da divulgação dos gastos e transferências do Governo Federal” (PINHO, 2012, p. 27). O Portal, criado em 2004 e gerenciado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, é uma iniciativa pioneira no que tange à disponibilidade de acesso às informações referentes a gastos no país (RODRIGUES, 2005 apud PINHO, 2012, p. 32). Além de disponibilizar os demonstrativos de todas as execuções financeiras dos programas do governo federal, incentiva o controle social e apresenta ferramentas para denúncias.

Numa avaliação geral do Portal da Transparência, Pinho (2012) observa que essa iniciativa, por si só, não garante que o governo tenha se tornado mais transparente, devido ao portal ser uma ferramenta que reúne informações enviadas por cada órgão, cabendo a estes assegurar a fidedignidade do conteúdo enviado. Todavia, isso não afasta a responsabilidade que a ferramenta tem de promover o controle social, missão essa que é evidenciada na página do portal da transparência do governo federal (BRASIL, 2016).

### 3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases, na primeira avaliou-se um conjunto de pesquisas nacionais sobre Portais de Transparência - nas esferas municipal, estadual e federal – à luz do conceito de *accountability* defendido por Fox (2007). Na segunda fase utilizou-se da mesma conceituação, complementada pela definição de outros autores que a tratam com base na relação entre meta e resultado, para avaliar a informação disponível no Portal da Transparência do Governo Federal sobre o Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que de certa forma pode ter seu resultado generalizado para outros programas – já que a forma de disponibilização da informação no portal é padronizada.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa é classificada com exploratória porque “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, como vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, é classificada como pesquisa documental, já que esta “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2002, p. 46).

Segundo Gil (2002), a primeira etapa da pesquisa documental é a determinação dos objetivos e a obtenção do material, desta forma, para a primeira fase deste trabalho, procurou-se identificar artigos nacionais que tratassem da análise de portais de transparência na esfera municipal, estadual ou federal, para posteriormente categorizá-los nas definições de transparência e *accountability* defendidas por Fox (2007).

Os artigos foram obtidos por meio da ferramenta de pesquisa do Portal de Periódicos da CAPES, utilizada entre os dias 04 e 06 de setembro de 2015. O termo utilizado para busca foi “portal da transparência”, o qual retornou uma sequência de 423 documentos em diversos idiomas, tipo de recurso e data de publicação. No intuito de diminuir a abrangência, o filtro “periódicos revisados por pares” foi ativado, o que diminui o número para 317 documentos. Ainda visando um conjunto com maior direcionamento ao objetivo da pesquisa, o filtro “idioma” foi configurado para “português” e o “tipo de recurso” para “artigos”, o que resultou em 55 trabalhos. No entanto, talvez por problemas técnicos do portal, desse montante apenas 3 artigos tratavam da avaliação de portais de transparência governamental.

Diante da quantidade insuficiente de pesquisas obtidas por esse método, optou-se pela mudança na base de busca por artigos, sendo feita agora na página eletrônica de cada periódico relacionado no Qualis 2014, para as áreas de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, o qual continha 1054 periódicos. Para otimizar o processo, os periódicos internacionais foram

desconsiderados, o que diminuiu o número para 738. Então, as próximas etapas sucederam-se na seguinte ordem:

**1ª etapa:** acesso ao portal de cada periódico.

**2ª etapa:** identificação no portal de um campo de pesquisa ao banco de dados.

**3ª etapa:** utilização dos termos “transparência”, “*accountability*”, “portal” e “portais”, para que fosse efetuada a busca.

**4ª etapa:** caso o procedimento da etapa anterior apresentasse resultados, era realizada a leitura do resumo do artigo para verificar se este atendia aos critérios da pesquisa.

O critério consiste na exigência de que os artigos tratem da avaliação de portais eletrônicos de transparência governamental, seja nas esferas municipal, estadual ou federal. O procedimento para coleta de artigos aconteceu entre os dias 15 de outubro e 12 de novembro de 2015, e resultou em 30 trabalhos oriundos de 27 páginas eletrônicas dos periódicos pesquisados.

A partir destes artigos, já na fase de tratamento dos dados da pesquisa documental (GIL, 2002), foi feita a análise da dimensão em que os autores tratam os dois conceitos, de forma a prover um panorama das pesquisas nacionais sobre o tema e evidenciar qual é a maior preocupação que os autores têm quando da avaliação de portais da transparência.

Procedimento metodológico semelhante foi aplicado na segunda fase da pesquisa, com a diferença de que o objetivo foi avaliar a informação disponível no Portal da Transparência do Governo Federal sobre o Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), com base numa conceituação de *accountability* complementar à de Fox (2007), que condiciona o alcance desta a avaliação da performance e dos resultados obtidos pelo governo.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Pesquisas nacionais sobre Portais de Transparência

Observa-se que do conjunto de 30 artigos analisados 1 foi classificado na dimensão *opaque transparency*. O critério para classificação nessa dimensão é o de artigos que tenham analisado ou definido a informação como não confiável, entendida aqui como aquela que, apesar de estar disponível, não produz uma informação útil ao cidadão, seja por defasagem ou incapacidade do meio eletrônico em que foi disponibilizada (FOX, 2007). O único trabalho classificado nessa dimensão é o de Hosser, Cruz, Machado e Quintana (2015, p. 108), que conclui que os Portais de Transparência dos municípios de Pelotas e Porto Alegre ainda precisam de melhorias, “pois a transparência na gestão pública deverá ser mais abrangente que a emissão e tramitação de documentos”.

A dimensão *clear transparency* concentra 29 artigos que estão aí classificados porque avaliam portais eletrônicos à luz da legislação existente sobre a disponibilização de informações em meios eletrônicos, tais como a Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; a Lei nº 131 – Lei da Transparência e a Lei nº 12.257/2011 – Lei de Acesso à Informação, sendo que essas duas últimas tratam de forma mais específica sobre portais de transparência, exigindo o cumprimento da lei e estabelecendo punições para aqueles entes federativos que não atenderem às exigências. Um dos trabalhos classificados nesse conjunto é o de Raupp e Pinho (2013), que conclui que os portais de alguns municípios da Bahia e de Santa Catarina não apresentam prestação de contas na perspectiva legal.

Percebe-se que no conjunto de artigos analisados nenhum foi categorizado nas dimensões *soft* e *hard accountability*, isso porque, segundo Fox (2007), a dimensão *soft* trata da capacidade de identificar os responsáveis pelas decisões tomadas na gestão governamental; nenhum artigo fez análise sob essa perspectiva. Já a dimensão *hard* se caracteriza pela responsabilização e a sanção, sendo que esta última característica, quando evidenciada nos artigos analisados, estava relacionada às exigências legais; por isso foi classificada na dimensão *clear transparency*.

O quadro 3 apresenta a descrição dos artigos por objeto de pesquisa, que evidencia a esfera governamental que cada trabalho propôs avaliar, acompanhado do ano de execução da análise; também apresenta a classificação dos artigos nas dimensões propostas por Fox (2007).

**Quadro 3 – Classificação dos artigos nas dimensões propostas por Fox (2007)**

	Objeto da pesquisa	Ano	Transparency		Accountability	
			Opaque	Clear	Soft	Hard
Leite Filho, Colares e Andrade (2015)	executivo municipal	2012		X		
Raupp e Pinho (2015)	legislativo municipal	2010		X		
Raupp (2014)	executivo municipal	2013		X		
Oliveira e Freire (2015)	executivo municipal	2014		X		
Raupp e Pinho (2011)	legislativo municipal	2009		X		
Bodart, Torres e Silva (2015)	executivo municipal	2014		X		
Hosser, Cruz, Machado e Quintana (2015)	executivo municipal	2014	X			
Raupp e Pinho (2015)	legislativo municipal	2011/ 2012		X		
Wagner, Schröder e Hoff (2015)	executivo municipal	2011/ 2012		X		
Raupp, Abreu e Silva (2014)	executivo municipal	2014		X		
Söthe, Dill e Dresel (2014)	executivo municipal	2012		X		
Raupp, Abreu e Abreu (2014)	legislativo estadual	2012		X		
Pires, Scherer, Santos e Carpes (2013)	executivo municipal	2011/ 2012		X		
Raupp e Pinho (2014)	legislativo estadual	2012		X		
Marengo e Diehl (2011)	executivo municipal	-		X		
Matos, Silva, Silva e Souza (2013)	executivo municipal	2012		X		
Starosky, Nunes, Lyrio e Lunkes (2014)	executivo municipal	2013		X		
Viana, Tamer e Souza (2013)	executivo municipal	2012		X		
Allegretti e Neto (2010)	executivo estadual	2010		X		
Raupp, Abreu e Abreu (2015)	executivo municipal	2014		X		
Keunecke, Teles e Flach (2011)	executivo municipal	2011		X		
Carpes e Bianco (2013)	executivo municipal	2013		X		
Raupp e Pinho (2013)	legislativo municipal	2010/ 2011		X		

Pinho (2008)	executivo estadual	2005		X		
Santana Junior, Libonati, Vasocncelos e Slomski (2009)	estadual, municipal	2007		X		
Agostineto e Raupp (2010)	legislativo municipal	2009		X		
Souza, Resende de Araújo, Oliveira Araújo e Silva (2014)	executivo municipal	2013		X		
Raupp e Pinho (2013)	executivo municipal	2010/2011		X		
Ferreira, Nunes, Klein, Quatrin e Ravello (2013)	executivo estadual	2011		X		
Raupp e Pinho (2011)	legislativo municipal	2009/2010		X		
<b>TOTAL</b>			<b>1</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fox (2007)

A concentração de artigos na dimensão *clear e opaque transparency* evidencia que, no conjunto analisado, há uma forte preocupação com a avaliação de portais sob a perspectiva de atendimento à legislação. Fatores como a identificação dos responsáveis pela tomada de decisão (*soft accountability*) e a sujeição destes a sanções (*hard accountability*) não foram objeto de análise dos artigos avaliados. Sem dúvida o arcabouço normativo é importante como forma de fomento à transparência, por isso foi utilizado em quase todos os artigos analisados como instrumento metodológico para avaliação dos portais de transparência, mas uma análise embasada nas dimensões de *accountability* evidenciadas por Fox (2007) estaria mais alinhada ao ideal de controle social.

## 4.2 Análise da informação disposta no Portal da Transparência do Governo Federal

Nesta seção serão avaliadas algumas informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal com base na conceituação de *accountability* relacionada a mensuração da performance e a avaliação de resultados (PERSSON e TABELLINI, 2005; WINTERS, 2014; ROBERTS, 2009; PRZEWORSKI, STOKES e MANIN, 1999). A escolha dessa perspectiva dentre várias outras se deve ao fato de que condiciona o alcance da *accountability* plena, aqui entendida como a responsabilização e a sanção (Fox, 2007), à **avaliação e ao resultado das metas definidas no programa**. Esta análise se faz importante porque um dos objetivos principais do portal é a promoção do controle social, que tem a *accountability* como uma ferramenta indispensável.



No site do portal – [www.portaldatransparência.gov.br](http://www.portaldatransparência.gov.br) –, acessado entre os dias 2 e 4 de novembro, escolheu-se a análise dos gastos diretos do governo, por programa, referente ao exercício de 2015. Feito isso, o site apresenta uma série de programas do governo federal, acompanhado dos gastos totais de cada um deles, como mostra a figura 2:

#### GASTOS DIRETOS POR PROGRAMA

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2015 - Aplicações Diretas:		R\$ 1.906.706.918.048,62
Selecione o(a) "Programa" para obter o detalhamento do valor		Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente
Programa		Total no ano (R\$)
0907 - Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna		558.794.266.103,70
2061 - Previdência Social		428.065.447.238,49
0905 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)		382.006.495.027,56
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União		90.744.157.577,35
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		79.219.640.847,50
2071 - Trabalho, Emprego e Renda		47.856.601.534,32
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação		37.932.357.684,40
0902 - Operações Especiais: Financiamentos com Retorno		32.529.824.469,75
2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa		27.712.672.210,78
2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)		20.068.007.892,07
2049 - Moradia Digna		19.498.529.273,66
2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda		13.858.905.759,51
2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização		13.107.941.254,15
2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde		11.294.679.807,64
0906 - Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)		10.852.019.725,76

**Figura 2 – Relação de programas e o respectivo dispêndio no ano de 2015**

Fonte: [www.portaldatransparência.gov.br](http://www.portaldatransparência.gov.br)

O usuário pode organizar os programas em ordem crescente ou decrescente de despesa, também pode detalhar o programa conforme clica em cada um deles. Para esta análise, será avaliado primeiramente o programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); ao selecioná-lo, o site apresenta a seguinte página:

Seleção o(a) "Programa" para obter o detalhamento do valor			Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente	
Função	Subfunção	Ação	Linguagem Cidadã	Total no ano (R\$)
Saúde	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6175 - Implantação e Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher	Mulher	1.497.556,50
Saúde	Administração Geral	8631 - Modernização e Qualificação do Trabalho no SUS	Modernização e Qualificação	1.244.650,19
Saúde	Vigilância Epidemiológica	6031 - Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças	Imunobiológicos	1.230.742,13
Saúde	Vigilância Epidemiológica	20T6 - Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana		1.193.469,19
Saúde	Informação e Inteligência	6152 - Cartão Nacional de Saúde	Cartão SUS	668.907,00
Saúde	Vigilância Epidemiológica	20QD - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle em HIV/AIDS, Hepatites Virais e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis		590.506,08
Saúde	Preservação e Conservação Ambiental	20K2 - Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental		552.700,07
Saúde	Vigilância Epidemiológica	8720 - Coordenação Nacional da Vigilância em Saúde Ambiental	Saúde Ambiental	466.734,07
Saúde	Assistência à Criança e ao Adolescente	6176 - Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Criança	Criança	465.233,08
Saúde	Vigilância Epidemiológica	6186 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	Malária	332.000,00
Saúde	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20QI - Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde		307.562,31
Saúde	Vigilância Epidemiológica	4382 - Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças	Vigilância Epidemiológica	278.809,51
Saúde	Atenção Básica	8577 - Piso de Atenção Básica Fixo	PAB Fixo	192.175,02
Saúde	Formação de Recursos Humanos	8612 - Formação de Profissionais Técnicos de Saúde e Fortalecimento das Escolas Técnicas/Centros Formadores do SUS	Formação Técnica/ETSUS	130.000,00
Saúde	Vigilância Epidemiológica	6161 - Aquisição, Acondicionamento e Distribuição de Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	Insumos	105.364,80

**Figura 3 – Relação de ações disponíveis no Programa de Aperfeiçoamento do SUS**

Fonte: [www.portaldatransparência.gov.br](http://www.portaldatransparência.gov.br)

Já nessa etapa o site apresenta as ações do programa, que estão organizadas primeiramente na função Saúde. É importante salientar que a função saúde no ano de 2015 é a terceira maior em termos de dispêndio, representando aproximadamente 4,5% do montante executado pelo governo federal nesse ano. Para análise mais aprofundada, selecionou-se a ação 6186 – Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária, o que resultou na figura 4:

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2015 - Aplicações Diretas:		R\$ 1.906.706.918.048,62
Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS):		R\$ 20.068.007.892,07
Ação 6186 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária:		R\$ 332.000,00

Selecione o(a) "Favorecido" para obter o detalhamento do valor		Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente
CPF/CNPJ/Outros	Favorecido [Nome Fantasia]	Total no ano (R\$)
02.385.669/0001-74	FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO EM SAUDE [FIOTEC]	332.000,00

**Figura 4 – Informações da ação 6186 – Coordenação Nacional de Vigilância, Prevenção e Controle da Malária**

Fonte: [www.portaldatransparência.gov.br](http://www.portaldatransparência.gov.br)

A figura acima evidencia que somente uma empresa recebeu os recursos destinados para a ação, todavia, nota-se que desde a etapa de seleção do programa não foi evidenciada qual era a meta/objetivo dos recursos aplicados, ou seja, selecionamos um programa, uma ação, identificamos o favorecido, mas não sabemos qual é a finalidade da destinação dos recursos, etapa essencial para avaliar o mérito da iniciativa. Nas palavras de Araujo (2010), “se os cidadãos não conhecem as metas a serem perseguidas, e se não há indicadores para aferir desempenho, como pode o sistema se *accountable*?” (ARAUJO, 2010, p. 233).

Está evidenciado no Portal da Transparência que esse existe para, dentre outros objetivos, promover o controle social. Todavia, como o cidadão comum pode, ao acessar o site, julgar satisfatoriamente aspectos relacionados a performance na aplicação dos recursos se o portal se mantém na perspectiva do que foi aplicado? Como mostra a Figura 5, há uma extensa descrição que vai desde a visão macro do programa até a identificação da empresa que recebeu o recurso, no entanto ainda faltam informações que dizem respeito ao que aconteceu depois que a Fundação Oswaldo Cruz recebeu o montante de R\$332.000,00? Onde aplicou? Aplicou toda a quantia? E o mais importante: Qual é a finalidade do programa?

imprimir

Total destinado pelo Governo Federal em âmbito nacional em 2015 - Aplicações Diretas:	R\$ 1.906.706.918.048,62
Programa 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS):	R\$ 20.068.007.892,07
Ação 6186 - Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária:	R\$ 332.000,00
Favorecido FIOTEC - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO EM SAUDE [FIOTEC]:	R\$ 332.000,00
Despesa Outras Despesas Correntes - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 332.000,00
Unidade Gestora 254420 - FUNDACAO OSWALDO CRUZ	R\$ 332.000,00

Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Data	Documento	Programa	Ação	Gestão	Valor (R\$)
03/12/2015	20150B805094	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	25201	322.000,00
25/03/2015	20150B801213	Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)	Coordenação Nacional da Vigilância, Prevenção e Controle da Malária	25201	10.000,00

**Figura 5 – Detalhamento do favorecido pela ação 6186**

Fonte: [www.portaldatransparência.gov.br](http://www.portaldatransparência.gov.br)

Na intenção de descobrir a motivação do projeto, o usuário precisa acessar fontes externas ao Portal da Transparência, o que cria um entrave quando se trata de entregar uma informação que possibilite o controle social, já que ela será melhor quanto mais clara for. No caso do Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, descobrimos na página do PPA Mais Brasil<sup>11</sup> que a iniciativa objetiva “garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada”. Esse objetivo deveria estar evidenciado principalmente no Portal da Transparência, a fim de que o usuário tenha parâmetros para avaliar quanto da meta foi alcançada.

Disponibilizando somente informações referentes a gastos, pode-se dizer que o portal está limitado à dimensão da transparência, nas palavras de Robert (2009) “transparência se torna *accountability* quando transforma as medidas em metas, o sistema de medição em um dispositivo que também define os níveis ideais de realização”<sup>12</sup> (ROBERTS, 2009, p. 962).

<sup>11</sup><http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/sitioPPA/paginas/todo-ppa/meta-iniciativas.xhtml?jsessionid=bJTENH3avKAlhtFInOuAEyDT.undefined?objetivo=0713>

<sup>12</sup> Transparency then becomes accountability by turning measures into targets; ‘the system of measurement into a device that also sets the ideal levels of attainment’

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo desenvolveu, como objetivo geral, uma análise do cenário brasileiro de pesquisas nacionais sobre Portais de Transparência Pública, utilizando a distinção conceitual entre transparência e *accountability* apresentada no trabalho de Fox (2007), com vistas a evidenciar as principais características das pesquisas na área. Essa avaliação é importante também em razão de os portais eletrônicos desempenharem um papel fundamental na promoção do controle social, essencial na ação de prevenção da corrupção.

Os resultados dessa etapa mostraram que 96% dos 30 trabalhos analisados avaliam portais eletrônicos na dimensão *clear transparency*, o que demonstra que os autores em suas análises estão mais preocupados com o atendimento às exigências da legislação. Araujo (2010) reconhece a importância das leis no fomento da transparência pública e na prestação de contas, mas afirma que se tem privilegiando o cumprimento de aspectos legais em detrimento de aspectos vinculados a metas ou indicadores previamente pactuados entre os diversos atores no processo de formulação de políticas públicas. A não ocorrência de artigos na dimensão da *accountability* mostra que nenhum trabalho avaliou portais na ótica da possibilidade de identificação dos responsáveis pelas decisões tomadas – *soft accountability* – e a sujeição destes à sanções, quando estas decisões contrariam o interesse público – *hard accountability*, (FOX, 2007).

O objetivo específico consistiu em avaliar as informações apresentadas no Portal da Transparência do Governo Federal relativas a despesas, com base no conceito de *accountability* que condiciona o alcance desta à definição de metas e mensuração dos resultados alcançados (PRZEWORSKI, STOKES e MANIN, 1999; ROBERTS, 2009; ARAUJO, 2010; WINTERS, 2014). O método foi aplicado nas informações referentes ao dispêndio realizado para o Programa de Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS), que pode ter seu resultado generalizado para outros programas, já que a forma de disponibilização da informação é padronizada no portal.

Os achados dessa etapa revelaram que a informação disponibilizada não possibilita ao usuário avaliar fatores como 1) O motivo do dispêndio de recurso para determinado programa; 2) Se a despesa foi totalmente destinada para atender o objetivo (que não está claro); 3) Quanto do objetivo foi cumprido. Diante da ausência desses dados, a informação apresentada no portal não permite o alcance dos níveis de *accountability* apresentados no trabalho de Fox (2007), e também remete a indagação feita no trabalho de Araujo (2010, p.233): “Se os cidadãos não

conhecem as metas a serem perseguidas, e se não há indicadores para aferir desempenho, como pode o sistema ser *accountable*?”

Os resultados tanto do objetivo geral quanto do específico mostraram que os pesquisadores nacionais avaliam as informações com base na exigência legal, e que o Portal de Transparência do Governo Federal as publica também em função da legislação existente. Não há preocupação em avaliar a qualidade da informação como insumo para tomada de decisão, fator essencial para o exercício da *accountability*. Desta forma, tanto os pesquisadores nacionais quanto o Portal da Transparência estão publicando informações na perspectiva da transparência.

Entre as limitações encontradas no desenvolvimento desta pesquisa, está o universo de artigos para análise realizada na primeira etapa, que poderia abranger também artigos internacionais; a análise das informações dispostas no Portal da Transparência do Governo Federal, que poderia ter seu método aplicado em portais eletrônicos de outras esferas federativas.

## REFERÊNCIAS

AGOSTINETO, Raquel Crestan; MAURY, Raupp Fabiano. Prestação de Contas por meio de Portais Eletrônicos: Um Estudo em Câmaras Municipais da Grande Florianópolis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, p.64-79, 2010. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1459>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ALLEGRETTI, Daiane dos Santos; PLATT NETO, Orion Augusto. Funcionalidades, Limitações e Potencialidades do Portal da Transparência do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [s.l.], v. 9, n. 26, p.79-95, 31 jul. 2010. Revista Catarinense da Ciencia Contabil. <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v9n26p79-95>. Disponível em: <<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/viewArticle/1098>>. Acesso em: 25 set. 2015.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. Responsabilização pelo controle de resultados no Sistema Único de Saúde no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.230-236, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1020-49892010000300011>. Disponível em: <[http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1020-49892010000300011](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892010000300011)>. Acesso em: 25 set. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.

BERTOT, John C.; JAEGER, Paul T.; GRIMES, Justin M.. Using ICTs to create a culture of transparency: E-government and social media as openness and anti-corruption tools for societies. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 27, n. 3, p.264-271, jul. 2010. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2010.03.001>. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0740624X10000201>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BEZERRA DA SILVA, Daniela. **Transparência na Esfera Pública Interconectada**. 2010, 118 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero. São Paulo, SP.

BODART, Cristiano das Neves; TORRES, Kamille Ramos; SILVA, Roniel Sampaio. Avaliação de sítios municipais da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES. **Cadernos Gpc**, [s.l.], v. 20, n. 66, p.146-169, 28 jul. 2015. Fundacao Getulio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v20n66.45455>. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/45455>>. Acesso em: 25 set. 2015.

BOVENS, Mark. Analysing and Assessing Accountability: A Conceptual Framework. **European Law Journal**, [s.l.], v. 13, n. 4, p.447-468, jul. 2007. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>.

BRASIL. **Portal da Transparência do Governo Federal**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>. Acesso em: 15 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>Brasília: >.

Acesso em 05 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. [S.l.]:

[s.n.]. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm)>. Acesso em 05 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**.

[S.l.]: [s.n.]. Acrescentam dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp131.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm)>. Acesso em 7 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. [S.l.]: [s.n.].

Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm)>. Acesso em 7 mar. 2016.

CAMPAGNONI, Mariana et al. Transparência no Poder Legislativo: Uma Análise dos Portais Eletrônicos das Câmaras de Vereadores das Capitais Brasileiras. **Revista Gestão Organizacional**, Santa Catarina, p.21-42, 2016. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/2934/1897>>. Acesso em: 25 set. 2015.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, p.30-50, 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>>. Acesso em: 15 set. 2015.

CARPES, Esmarioto; BIANCO, Clicéres Mack dal. Acesso à Informação e Transparência na Administração Pública. **Revista de Administração**, São Paulo, p.49-69, dez. 2013. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/957/1711>>. Acesso em: 25 set. 2015.

DUBNICK, Melvin J. **Seeking Salvation for Accountability**. 2002 Annual Meeting of the American Political. Boston: [s.n.]. 2002. p. 1-28.

FERREIRA, Robson Diego et al. O Governo Aberto nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil: Uma Caracterização das Atividades Eletrônicas Desenvolvidas. **Facef Pesquisa: Desenvolvimento e Gestão**, São José, v. 16, n. 2, p.137-152, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/facefpesquisa/article/viewFile/576/572>>. Acesso em: 25 set. 2015.

FOX, Jonathan. The uncertain relationship between transparency and accountability. **Development In Practice**, [s.l.], v. 17, n. 4-5, p.663-671, ago. 2007. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09614520701469955>.

GAMA, Jader Ribeiro. **Transparência Pública e Governo Eletrônico: análise dos portais dos municípios do Pará**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, PA. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOSSER, Carla et al. Portal da Transparência: Um estudo comparativo entre os municípios de Porto Alegre e Pelotas. **Contexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 30, p.94-110, 2015. Disponível em: <[http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/53383/pdf\\_53](http://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/53383/pdf_53)>. Acesso em: 25 set. 2015.

KEUNECKE, Lucas Peter; TELES, João; FLACH, Leonardo. Práticas de Accountability: uma análise do índice de transparência nos municípios mais populosos de Santa Catarina DOI. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 8, n. 16, p.153-174, 24 nov. 2011. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2011v8n16p153>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2011v8n16p153/20049>>. Acesso em: 25 set. 2015.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; COLARES, André Felipe Vieira; ANDRADE, Zabela Cristina Fonseca. Transparência da Gestão Fiscal Pública: Um Estudo a partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p.114-136, 2015. Disponível em:



<<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/2647/pdf105>>. Acesso em: 25 set. 2015.

LOURENÇO, Rui Pedro. An analysis of open government portals: A perspective of transparency for accountability. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 32, n. 3, p.323-332, jul. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2015.05.006>.

MARENGO, Sabrina Trejes; DIEHL, Carlos Alberto. A Divulgação de Indicadores não Financeiros em Sites Municipais Gaúchos. **Gestão & Regionalidade**, [s.l.], v. 27, n. 81, p.46-58, 11 jan. 2012. USCS Universidade Municipal de Sao Caetano do Sul. <http://dx.doi.org/10.13037/gr.vol27n81.1274>. Disponível em: <[http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista\\_gestao/article/view/1274](http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/1274)>. Acesso em: 25 set. 2015.

MATOS, Nyalles Barboza et al. Avaliação de Portais de Transparência dos 30 Municípios Mais Populosos da Região Nordeste. **Recont: Registro Contábil**, Alagoas, v. 4, n. 2, p.17-35, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/607/661>>. Acesso em: 25 set. 2016.

NDOU, Valentine. E-Government for Developing Countries: Opportunities and Challenges. **Ejisdc**, Hong Kong, p.1-24, 2004. Disponível em: <<http://www.ejisdc.org/ojs2/index.php/ejisdc/article/view/110/110>>. Acesso em: 23 maio 2016.

NUNES, Gisele Souza de Franceschi. **Avaliação da Transparência Pública à Luz da Legislação Brasileira: Um Estudo nos Municípios da Região Sul do Brasil**. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC. 2013.

OECD (Org.). **OECD Economic Surveys BRAZIL**. Brasil: Oecd, 2015. 50 p. Disponível em: <<https://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2015-overview.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

OLIVEIRA, Geissikelly Marques; FREIRE, Isa Maria. Portal de Transparência da Prefeitura de João Pessoa-PB, à luz da ciência da informação. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p.321-353, 2015. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2526-1445868417.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. **The Economic Effects of Constitutions**. Estados Unidos: Mit Press, 2005. 306 p.

PINA, Vicente; TORRES, Lourdes; ROYO, Sonia. IS E-GOVERNMENT LEADING TO MORE ACCOUNTABLE AND TRANSPARENT LOCAL GOVERNMENTS? AN OVERALL VIEW. **Financial Accountability & Management**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.3-20, fev. 2010. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0408.2009.00488.x>. PINHO, J. A. G. **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: EDUFBA, 2012. 204 p.

PINHO, José Antonio Gomes de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública - Rap**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 42, p.471-493, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a03v42n3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

PIRES, Atrícia Menezes et al. Transparência da Gestão Pública Municipal: Um Estudo dos Municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo/RS. **Estudos do Cepe**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p.131-160, 2013. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/3439/3124>. Acesso em: 25 set. 2015.

PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard. **Democracy, Accountability, and Representation**. England: Cambridge University Press, 1999. 351 p.

RAUPP, Fabiano Maury. Prestação de Contas de Executivos Municipais de Santa Catarina: uma Investigação nos Portais Eletrônicos. **Administração Pública e Gestão Socia**, Florianópolis, p.151-158, 2014. Disponível em: [http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/612/374#.WDI\\_O7IrLIU](http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/612/374#.WDI_O7IrLIU). Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; ABREU, Eliza de; ABREU, Mayara Batista. Gastos Incorridos no Desempenho das Atividades dos Parlamentares Estaduais Brasileiros: Uma Investigação nos Portais Eletrônicos. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 2, p.143-160, 2014. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/619/609>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; ABREU, Eliza de; SILVA, Manuella Santos. Capacidade de prestação de contas dos portais eletrônicos de prefeituras dos maiores municípios brasileiros. **Diálogo**, Canoas, v. 26, p.47-60, 2014. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/1520/1155>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, F.m.; ABREU, E.; ABREU, M.b.. Disponibilização de Informações à Sociedade em Meios Eletrônicos: Um Estudo nas Prefeituras dos Maiores Municípios Brasileiros. **Rccc**, [s.l.], v. 14, n. 42, p.41-54, 28 ago. 2015. Revista Catarinense da Ciencia Contabil. <http://dx.doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v14n42p41-54>. Disponível em:

<<http://revista.crcsc.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/CRCSC/article/view/2121>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: um estudo de caso em Santa Catarina. **Cad. Ebape.br**, [s.l.], v. 9, n. 1, p.116-138, mar. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1679-39512011000100008>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9n1/v9n1a08.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Prestação de Contas por meio de Portais Eletrônicos de Câmaras Municipais: um Estudo de Caso em Santa Catarina Antes e Após a Lei da Transparência. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da Uerj**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.81-98, 2011. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5423/4118>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Accountability em câmaras municipais: uma investigação em portais eletrônicos. **Revista de Administração**, [s.l.], v. 48, n. 4, p.770-782, 19 dez. 2013. Business Department, School of Economics, Business & Accounting USP. <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1120>. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rausp/v48n4/11.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Os Vereadores Prestam Contas em Portais Eletrônicos? um Estudo Comparativo entre Municípios do Estado da Bahia e de Santa Catarina. **Administração Pública e Gestão Social**, Santa Catarina, p.89-97, 2013. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/462/293>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Prestação de Contas nos Portais Eletrônicos de Assembleias Legislativas: Um Estudo Após a Lei de Acesso à Informação. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 15, n. 1, p.144-161, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/2411/2201>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Prestação de Contas no Legislativo Local antes e depois da Lei de Acesso à Informação. **Contexto**, Porto Alegre, v. 15, n. 29, p.30-46, 2015. Disponível em: <[http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/46219/pdf\\_41](http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/46219/pdf_41)>. Acesso em: 25 set. 2015.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. Ranking dos Legislativos Locais na Construção da Accountability: um Estudo a partir dos Portais Eletrônicos de Municípios de Santa Catarina. **R. Cont. Ufba**, Salvador, v. 7, n. 1, p.69-83, 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/6728/6170>>. Acesso em: 25 set. 2015.

RELLY, Jeannine E.; SABHARWAL, Meghna. Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.148-157, jan. 2009. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.giq.2008.04.002>.

ROBERTS, John. No one is perfect: The limits of transparency and an ethic for 'intelligent' accountability. **Accounting, Organizations And Society**, [s.l.], v. 34, n. 8, p.957-970, nov. 2009. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.aos.2009.04.005>.

ROCHA, Heloisa Helena Nascimento. Transparência e accountability no Estado Democrático de Direito: Reflexões à luz da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Tcemg**, S [ I], p.84-95, 2012. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1682.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SANDOVAL-ALMAZAN, Rodrigo; STEIBEL, Fabro. Benchmarking Mexico & Brazil Open Government Websites: Model and Metrics. **Ajibm**, [s.l.], v. 03, n. 06, p.23-32, 2013. Scientific Research Publishing, Inc,. <http://dx.doi.org/10.4236/ajibm.2013.36a003>.

SANTANA JUNIOR, Jorge José Baros de et al. Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos Estados e do Distrito Federal do Brasil.. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (repec)**, [s.l.], v. 3, n. 3, p.62-84, 21 dez. 2009. ABRACICON: Academia Brasileira de Ciencias Contabeis. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v3i3.101>. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/101/64>>. Acesso em: 25 set. 2015.

SHEFFER CORRÊA, Andreiuid; PIZZIGATTI CORRÊA, Pedro Luiz.; CORRÊA DA SILVA, Flávio Soares. Transparency Portals Versus Open Government Data. An Assessment of Openness in Brazilian Municipalities. **ACM**, 2014.

SÖTHE, Ari; DILL, Rodrigo Prante; DRESE, Iara. Evidenciação das Informações Contábeis: Estudo dos Governos Municipais da Região Sul do Brasil. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 2, p.221-239, 2014.

SOUZA, Fábila Jaiany Viana de et al. Índice de Governança Eletrônica: Um Estudo nos Sítios dos Municípios Mais Populosos do Brasil. **Revista Uniabeu**, Belford Roxo, v. 7, n. 16, p.192-210, 2014. Disponível em: <[http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RU/article/view/1295/pdf\\_108](http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/RU/article/view/1295/pdf_108)>. Acesso em: 25 set. 2015.

STAROSCKY, Enéias Alexandre et al. A Transparência dos Portais Municipais sob a Perspectiva da Legislação Brasileira: o caso de prefeituras em Santa Catarina. **Reuna**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p.29-52, 2014. Disponível em: <<http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/566/559>>. Acesso em: 25 set. 2015.

VIANA, Clilson Castro et al. Avaliação da Aderência aos Critérios Internacionais de Transparência para a Divulgação e Apresentação das Contas Públicas Municipais. **Revista Ambiente Contábil**, Natal, v. 5, n. 1, p.152-178, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/3320/2697>>. Acesso em: 25 set. 2015.

WEGNER, Douglas; SCHRÖEDER, Christine da Silva; HOFF, Débora da Rocha. Governo Eletrônico: Análise de Websites dos Governos Municipais do Vale do Rio Pardo (RS). **Desenvolvimento em Questão**, S [i], n. 32, p.209-239, 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/3323/4658>>. Acesso em: 25 set. 2015.

WINTERS, Matthew S.. Targeting, Accountability and Capture in Development Projects. **Int Stud Q**, [s.l.], v. 58, n. 2, p.393-404, 6 maio 2013. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/isqu.12075>.